

Etnografando as negociações entre duas organizações feministas, no Brasil e em Cabo Verde, em torno de uma agenda de combate à violência de gênero¹

Dra. Janaína Perez Reis (UNISINOS/RS)

Dra. Mirian Steffen Vieira (UFRGS/RS)

Palavras-chave: feminismos, violência de gênero, Sul Global.

Introdução

Este trabalho insere-se no campo das reflexões sobre as articulações entre organizações feministas do Sul Global, buscando compreender como agendas de enfrentamento à violência de gênero são construídas a partir de experiências situadas, atravessadas por distintos contextos históricos, sociais e culturais. Nesse sentido, este trabalho apresenta elementos da etnografia realizada junto à Associação Cabo-Verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero (ACLCVBG), em Cabo Verde, entre outubro de 2022 e outubro de 2023, destacando os processos de negociação e de produção compartilhada de conhecimentos com a organização feminista brasileira Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos, no contexto de ações de prevenção e enfrentamento à violência de gênero em Cabo Verde.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de um trabalho colaborativo que, grandemente, decorreu da internacionalização acadêmica Sul-Sul, que colocou em circulação pesquisadoras (em diversos níveis de formação), ativistas, ideias e agendas políticas no campo da prevenção e garantia de direitos das mulheres em situações de violência de gênero. Desde 2009, há um intenso trânsito acadêmico entre o Sul do Brasil e o arquipélago de Cabo Verde, nomeadamente, entre a UFRGS e a Uni-CV e, posteriormente, acrescida a Unisinos. Este trânsito foi apoiado por editais de pesquisa do governo brasileiro, especialmente nos anos Lula, a partir de 2003 (Vieira, 2021).

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (2026). O presente artigo deriva de resultados da tese de doutorado "Djunta mon por uma rede transnacional feminista de combate à violência de gênero - Brasil/Cabo Verde: uma etnografia do projeto 'Fla Sim pa Mudjer", de autoria da primeira autora, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob orientação da segunda autora. A pesquisa contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (SWE), vinculada ao projeto "Internacionalização acadêmica e impactos na sociedade: políticas de cuidado e gênero".

A partir destes intercâmbios, foi possível estabelecer a conexão entre a Associação Cabo-verdiana de Luta Contra a Violência de Gênero (ACLCVBG) e a organização não governamental brasileira Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos, de Porto Alegre, no âmbito do projeto “Fla SIM pa Mudjer: mulheres unidas prevenindo a violência de gênero em Cabo Verde”, desenvolvido a partir de uma premiação internacional voltada ao fortalecimento das interlocuções Sul-Sul.

A partir dessa experiência, este estudo buscou analisar como as dimensões das interseccionalidades de gênero e de raça, na agenda de combate à violência de gênero, foram mobilizadas, apropriadas e ressignificadas em contextos distintos, revelando aproximações, tensões e especificidades na construção de estratégias políticas e pedagógicas.

Ao compartilhar essa trajetória de pesquisa, pretendemos contribuir para o debate sobre práticas colaborativas entre organizações feministas do Sul Global, valorizando a produção horizontal de conhecimento e a atenção às particularidades locais na formulação de respostas à violência de gênero.

1 O projeto Fla Sim pa Mudjer e a construção da pesquisa

Antes de abordarmos o projeto *Fla SIM pa Mudjer*, apresentamos brevemente as organizações envolvidas em sua execução. A Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos atua há mais de trinta anos no Brasil na promoção do acesso à justiça e na defesa dos direitos das mulheres. Entre suas principais iniciativas destaca-se o Programa de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs), criado em 1993, que busca capacitar mulheres lideranças comunitárias por meio de uma proposta de educação jurídica popular feminista (Feix, 2003). A metodologia parte da compreensão de que o conhecimento sobre direitos constitui um instrumento fundamental para o fortalecimento da cidadania, para a ampliação da participação política das mulheres e para a construção de estratégias coletivas de enfrentamento às diversas formas de violência e discriminação. Ao longo de sua trajetória, o programa foi implementado em diferentes regiões do Brasil, consolidando-se como uma importante experiência de empoderamento legal popular.

Por sua vez, a Associação Cabo-Verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero foi criada em 2015, na cidade da Praia, com o objetivo de promover ações de prevenção e combate à violência baseada no gênero, bem como iniciativas voltadas à educação para a cidadania e à promoção dos direitos humanos. A associação desenvolve atividades de

sensibilização comunitária, formação e acompanhamento de mulheres em situação de violência, atuando em articulação com instituições públicas e organizações da sociedade civil cabo-verdiana (ACLCVBG, 2023).

A aproximação entre as duas organizações resultou, em 2021, na elaboração de uma proposta conjunta submetida à quarta edição do Prêmio Womanity, promovido pela Fundação Womanity. Voltada ao financiamento de iniciativas inovadoras de prevenção da violência contra mulheres e meninas no Sul Global, a premiação selecionou o projeto *Fla SIM pa Mudjer* (“Dizer Sim para as Mulheres”), possibilitando o intercâmbio de metodologias e experiências entre as duas organizações (Themis, 2021). O projeto teve como principal objetivo “adaptar” ao contexto cabo-verdiano a metodologia de formação de lideranças comunitárias desenvolvida pela Themis, articulando-a às demandas, experiências e especificidades locais identificadas pela ACLCVBG.

Como resultado desse processo, foi criado o curso de formação de Mulheres Multiplicadoras da Cidadania (MMC), inspirado na experiência das Promotoras Legais Populares. Com duração prevista de três anos (2022-2024), o *Fla SIM pa Mudjer* foi concebido inicialmente para formar duas turmas de mulheres lideranças comunitárias na Ilha de Santiago, sendo a primeira no município da Praia e a segunda no município de Santa Cruz, porém, posteriormente, foi prorrogado com previsão de encerramento em dezembro de 2026. Sua execução compreendeu, inicialmente, um curso intensivo de capacitação voltado à formação jurídica e cidadã das participantes, envolvendo oficinas participativas, atividades coletivas e aproximação com instituições da rede de enfrentamento à violência baseada no gênero. Em um segundo momento, o projeto previa a elaboração e implementação de ações comunitárias de prevenção à violência idealizadas pelas próprias participantes, em articulação com a ACLCVBG e instituições do sistema de justiça.

Além da formação em direitos e cidadania, a proposta buscava fortalecer o conhecimento sobre os mecanismos de acesso à justiça e sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero em Cabo Verde, criando condições para a continuidade e ampliação da metodologia pela própria associação cabo-verdiana. Embora o projeto contemplasse duas turmas de formação, a presente pesquisa concentrou-se no processo de planejamento, adaptação metodológica e execução da primeira turma realizada na cidade da Praia, entre os anos de 2022 e 2023. Tal recorte permitiu acompanhar de forma mais aprofundada as negociações estabelecidas entre as organizações parceiras durante a implementação inicial da proposta, momento em que se tornaram mais visíveis os

processos de tradução, adaptação e construção compartilhada de uma agenda de enfrentamento à violência de gênero.

Nesse sentido, o próprio desenvolvimento do projeto constituiu-se como um campo privilegiado de observação das relações estabelecidas entre as instituições parceiras, permitindo acompanhar como diferentes experiências, saberes e perspectivas sobre o enfrentamento à violência de gênero foram mobilizados, negociados e ressignificados. Foi nesse espaço relacional, marcado por encontros, diálogos e tensões entre contextos distintos do Sul Global, que se constituiu o campo etnográfico desta pesquisa.

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva etnográfica e reflexiva, voltada à compreensão das negociações implicadas no processo de “adaptação” da metodologia de empoderamento legal da organização brasileira, no âmbito do projeto *Fla SIM pa Mudjer*. A constituição do campo etnográfico ocorreu entre agosto de 2022 e outubro de 2023, articulando experiências presenciais e virtuais. As relações produzidas pelo projeto conectavam Brasil e Cabo Verde por meio de redes de cooperação, encontros, atividades formativas e trocas realizadas em ambientes on-line e presenciais, exigindo a combinação de diferentes procedimentos metodológicos, como observação participante, análise documental, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e períodos de imersão no campo. A dimensão empírica da pesquisa foi fortalecida pela realização de trabalho de campo em Cabo Verde entre 4 de fevereiro e 31 de maio de 2023, por meio da observação participante das práticas, dos discursos e das ações de terreno desenvolvidas pela Associação. Nesse período, foi possível acompanhar diretamente as ações desenvolvidas pelas instituições envolvidas no Fla SIM pa Mudjer, observando os processos de negociação, adaptação e circulação de saberes que constituíam a parceria.

2 Negociações e dimensões das interseccionalidades de gênero e raça na agenda de combate à violência de gênero

Embora, a construção da rede transnacional feminista abordada no presente estudo esteja atenta ao processo de adaptação do projeto, as perspectivas situadas nos diferentes espaços geopolíticos geraram desafios de tradução de teorias, categorias e enquadramentos legais.

A tradução de certas categorias analíticas descoladas do contexto, sem um aprofundamento da trajetória histórica e da formação cultural do local em que essas se desenvolveram se torna problemática. É necessário um diálogo relacional que se ponha luzes nos apagamentos epistêmicos e nas interações de diferentes posicionamentos em

relação às histórias de poder. A circulação internacional de práticas, categorias, conceitos, formas de gestão de entidades e agendas políticas pode ser vislumbrada especialmente na relação entre organismos internacionais, órgãos governamentais e entidades da sociedade civil voltadas à igualdade de gênero (Vieira, 2013), como no caso da presente pesquisa. Devido a isso, consideramos o argumento de Oyěwùmí sobre a interpretação das realidades africanas com base em ações ocidentais que revelaria a presunção por parte das mulheres “ocidentais” em definir o significado e os objetivos de vida das “Outras” mulheres. Da mesma forma, considerar que categorias ocidentais são inerentes às realidades africanas resultaria, também, em “distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes um total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais” (Oyěwùmí, 2002, p. 7).

Essa perspectiva permite fazer uma leitura mais complexificada sobre a circulação de práticas, categorias, conceitos, formas de gestão de entidades, agendas feministas, suas interlocuções nos países e sua aplicação efetiva na presente pesquisa. Há um grande risco em abordar essas diferenças em um processo de adaptação, sendo imprescindível reconhecê-las desde um olhar deslocado (Mohanty, 2003) para que não haja uma romantização ou, até mesmo, opressão. Ademais, essas articulações de “saberes parciais, localizáveis, críticos e apoiados na possibilidade de redes de conexão” (Haraway, 1995, p. 23) resultam na elucidação de interesses e propósitos que permitem a construção de experiências por meio do cruzamento de fronteiras e conexões que acomodam projetos científicos e práxis baseados em uma “objetividade corporificada” em “saberes localizados”.

Considerando que o currículo em seu sentido amplo é um fenômeno político que exprime as relações de poder e os conhecimentos considerados “válidos” pelas pessoas que o instituem, em agosto de 2022 as equipes iniciaram os trabalhos do plano de capacitação interna, intitulado “All the same page” (Todas na mesma página) com reuniões com especialistas para percepção do contexto de Cabo Verde e adequação do conteúdo curricular do curso. A pauta dessas reuniões foi escolhida pela equipe da ACLCVBG em conjunto com a equipe da Themis.

Assim, considerando a construção do entendimento sobre o que seria aplicado ao contexto e passível de ser incorporado ao curso de formação das MMCs, ao longo da pesquisa etnográfica identificamos as principais categorias aplicadas no projeto Fla Sim pa Mudjer ao contexto de Cabo Verde – dinâmicas de gênero, feminismos, interseccionalidades,

VBG e raça-, sendo que no presente trabalho focaremos em algumas dimensões dos marcadores das interseccionalidades e da categoria raça/etnia.

2.1 Entendimentos sobre interseccionalidades

Nos estudos feministas, o conceito de interseccionalidade tem sido amplamente mobilizado para compreender como diferentes marcadores sociais produzem experiências específicas de desigualdade e opressão. No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (1988) já evidenciava a necessidade de articular categorias como raça, classe, sexo e poder para compreender as estruturas de dominação que incidem sobre as mulheres negras. Em diálogo com essa perspectiva, Angela Davis (2016) destacou a importância de analisar de forma integrada as dimensões raciais, econômicas e políticas que sustentam sistemas de exploração e exclusão. Posteriormente, Kimberlé Crenshaw (2002) cunhou o termo “interseccionalidade” como categoria analítica para compreender como diferentes eixos de opressão se articulam na produção de desigualdades, especialmente em relação às mulheres negras, materializados pelos marcadores sociais de diferença tais como raça, gênero, sexualidade, classe, geração, território, religião etc.

Curiel (2015) apresenta uma importante contribuição, ao oferecer elementos que auxiliaram na compreensão dos questionamentos em torno das categorias interseccionais no contexto desta pesquisa. A autora critica o que considera uma análise superficial da produção dos marcadores de diferença na formulação de Kimberlé Crenshaw, argumentando que essa perspectiva aproximaria a teoria da interseccionalidade de um multiculturalismo liberal sustentado por paradigmas eurocêntricos e ocidentais modernos. A partir dessa crítica, Curiel (2015) defende que uma metodologia feminista decolonial deve partir de diversos questionamentos, especialmente em relação aos principais eixos interseccionais — raça, classe e sexualidade. Isso porque, segundo a autora, tais eixos, tal como mobilizados pela interseccionalidade, integram a "episteme colonial moderna", tendo sido produzidos pelas próprias opressões do colonialismo.

Este entendimento esteve presente em grande parte das reflexões dos encontros desta capacitação interna, pois se destinaram à análise dos significados das categorias e de como seria sua aplicação, ou seja, se seria necessário repensar, adaptar ou renegar conceitos que não se adequassem ou fizessem sentido à realidade de Cabo Verde.

Nessa senda, a equipe da Themis reconheceu que foi preciso romper com as assimetrias por meio de um processo de construção de saberes, inclusive em torno de temas

relacionados aos principais eixos de abordagem da sua metodologia do curso da PLPs aplicados no Brasil, quais sejam: racismo, colonialismo e feminismo.

[...] no Brasil se fala sobre a superação do racismo estrutural. País com brancos. Os tempos são distintos. Sobre o reconhecimento da discussão acerca do racismo tivemos que aprender como as pessoas percebem isso. Foi um grande aprendizado. [...] Além disso, tem a questão colonial, traços iguais e diferentes, tivemos que aprender sobre isso (Diário de campo, 04 de maio de 2023).

Diversas reuniões de formação interna foram realizadas para o fechamento do conteúdo da matriz curricular do curso, porém, a coordenação brasileira reforçou que o protagonismo seria da ACLCVBG sobre esse ponto: “O protagonismo é de vocês a tarefa do fechamento do conteúdo [...] O que faz sentido e o que não faz vem daí [...] É importante a interlocução, mas a palavra final é de vocês” (Diário de campo, 18 abril 2024).

No que tange ao curso de capacitação das MMCs, a metodologia interseccional foi utilizada como recurso de análise e de compreensão acerca das relações de poder, diante da necessidade de ir além de uma suposta homogeneidade de categorias entre Brasil e Cabo Verde, conferindo vozes às mulheres cabo verdianas para que outros marcadores pudessem se constituir.

Ao longo da pesquisa, em diversas oportunidades, o tema das interseccionalidades também foi abordado pelas equipes e pelo corpo de docentes que atuava como facilitador do processo. Na formação interna das equipes a questão das desigualdades entre as mulheres foi levantada para se pensar na heterogeneidade da categoria “mulheres cabo verdianas”.

Assim, devemos pensar nas mulheres de Cabo-Verde e não em mulheres cabo-verdianas. Devemos pensar na heterogeneidade das mulheres. As políticas públicas não fazem um recorte de especificidades, não levam em conta barreiras culturais, religiosas e linguísticas (Diário de campo, 08 fev. 2023).

Essa abordagem foi levantada na academia, também, por Celestes Fortes quando questionou sobre os efeitos do que chama de “ilharização” do gênero enquanto categoria analítica e a necessidade de se “produzir leituras múltiplas que evitem a produção de categorias estanques e encarcerantes como sejam ‘mulher cabo-verdiana’ ou ‘homem cabo-verdiano’” (Fortes, 2013, p. 86).

Tendo em conta que o contexto cabo-verdiano foi influenciado pela colonialidade instaurada desde seus primórdios demonstrado, também, pelo seu processo histórico marcado pelo sexismo, bem como pela própria essência do Projeto Fla Sim pa Mudjer, a interseccionalidade aplicada ao projeto partiu da categoria gênero como marcador de diferença e eixo de desigualdades. Porém, ao longo da formação interna e do curso das MMCs, foram incluídas categorias interseccionais pouco usuais no Brasil, como a de território/insularidade.

Durante as atividades acompanhadas em campo, emergiram debates acerca dos desafios impostos pela configuração territorial de Cabo Verde (territorialidade /insularidade) para a implementação das políticas de enfrentamento à violência baseada no gênero. Em diferentes espaços de formação e reflexão promovidos pela ACLCVBG, destacou-se a necessidade de considerar as especificidades do contexto insular na formulação e execução de políticas públicas, especialmente em razão das desigualdades de acesso a serviços e equipamentos de proteção social entre as ilhas. Também foi ressaltada a importância da produção de dados que contemplem marcadores sociais e territoriais, permitindo uma compreensão mais ampla das diferentes experiências das mulheres cabo-verdianas e das barreiras enfrentadas no acesso à justiça e a outros direitos. Essas discussões estiveram presentes tanto nos debates institucionais quanto no processo formativo das Mulheres Multiplicadoras da Cidadania, evidenciando a centralidade da dimensão territorial nas reflexões sobre o gênero em Cabo Verde.

Embora a dimensão geográfica por si só não se constitua como um fator inerente de exclusão, a falta de políticas públicas, legislações adequadas e os efeitos da globalização neoliberal tornam desiguais os espaços territoriais e, por conseguinte, as pessoas nelas residentes, em especial, mulheres, pobres, jovens, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, entre outros que suportam as consequências de um Estado de Bem-estar social deficitário (Collins; Bilge, 2021).

A relativização do patriarcado foi abordada de forma direta na sessão do curso de formação de MMCs sobre “Feminismos e Africanidade: a luta pela igualdade” quando foi abordado o tema feminismos. A facilitadora discorreu sobre o tema desde uma perspectiva endógena com o cuidado em delinear preocupações e aspectos que são peculiares à situação africana, reforçou que é preciso pensar no patriarcado, mas, também, ir além do patriarcado e, com isso, questionar se em África o patriarcado tem o mesmo peso que em outros lugares. Assim, a facilitadora trouxe para discussão temas como a questão geracional, questões que envolvam a noção de família e comunidade e diferentes

necessidades das mulheres cabo-verdianas, como no caso das diferenças entre ilhas e das diferenças rural/urbano para compor um arcabouço de fatores que configurariam um feminismo a partir do local.

O tema foi abordado, também, de forma transversal ao longo do curso pela inclusão do tema da Violência Baseada no Gênero sob viés do não engessamento do papel das mulheres como vítimas e dos homens como agressores. O emprego, ao longo do curso, de termos como “mulher em situação de violência” e não “vítima” que carrega consigo uma conotação de sujeita passiva, demonstram essa perspectiva.

2.2 Debates sobre raça e etnia

O curso de formação das Promotoras Legais Populares (PLPs) no Brasil foi concebido a partir de uma perspectiva feminista, anticolonial e antirracista. Entretanto, a adaptação dessa formação ao contexto cabo-verdiano, orientada por uma pedagogia crítica e feminista (hooks, 2013), exigiu uma reflexão acerca dos significados das categorias raça e racismo nos dois países. Os questionamentos iniciais diziam respeito à existência do racismo em Cabo Verde, às formas pelas quais ele se manifesta nas relações sociais, às possíveis aproximações com o contexto brasileiro em razão da colonização e ao tratamento dessa temática pela produção acadêmica cabo-verdiana.

Essas questões também se fizeram presentes entre as equipes responsáveis pelo projeto. A Associação Cabo-verdiana de Luta Contra a Violência Baseada no Gênero (ACLCVBG) demonstrava cautela quanto à incorporação do tema no currículo da formação, uma vez que, segundo sua coordenação, o racismo não constituía um debate recorrente na sociedade cabo-verdiana. Em contrapartida, para a equipe da Themis, considerando que a raça constitui um elemento estruturante da sociedade brasileira e das relações de gênero, compreender sua expressão em Cabo Verde era fundamental para a adaptação da metodologia do curso.

Esse cenário evidenciou a necessidade de discutir a centralidade da categoria raça tanto na produção das ciências sociais quanto na percepção da própria sociedade cabo-verdiana. Para tanto, foram promovidos debates internos com especialistas locais, buscando compreender os significados do racismo e seus impactos sobre as identidades das mulheres cabo-verdianas, subsidiando a decisão acerca da inclusão da temática na formação.

Segundo Furtado (2012), os estudos produzidos no período pós-colonial privilegiaram a construção da identidade nacional cabo-verdiana, enfatizando a mestiçagem e a

crioulização como elementos constitutivos da nação (Anjos, 2003). Diferentemente do caso brasileiro, onde a categoria raça passou a ocupar lugar central nas análises críticas a partir da década de 1970, em Cabo Verde a dimensão étnico-racial permaneceu por muito tempo invisibilizada, inclusive pela ausência de estatísticas oficiais que identificassem a população segundo critérios raciais (Furtado, 2012).

Somente nas últimas duas décadas, pesquisas etnográficas passaram a problematizar essa invisibilização. Os estudos de Rocha (2017; 2022) e Anjos (2003; 2022) demonstraram a persistência de processos de racialização nas relações entre badius, sampadjodus e imigrantes africanos, especialmente aqueles identificados como mandjakus. Para esses autores, tais dinâmicas revelam manifestações de antinegitude, categoria que se diferencia do racismo. Enquanto este pressupõe relações estruturadas pela supremacia branca (Vargas, 2020), a antinegitude refere-se à produção de uma humanidade incompleta atribuída aos corpos marcados por traços de africanidade, mesmo em contextos onde pessoas brancas não participam diretamente das interações sociais (Rocha; Anjos, 2022; Vargas, 2020).

Essas discussões foram apresentadas às equipes pela socióloga Eufémia Rocha durante o ciclo de estudos internos, na conferência intitulada "Raça e Racismo, obstáculos para o acesso à justiça: emergência da categoria raça na sociedade cabo-verdiana". A pesquisadora demonstrou que a intensificação da imigração proveniente da África Ocidental, especialmente a partir da década de 1990, fez emergir práticas e discursos de diferenciação étnico-racial anteriormente pouco problematizados (Rocha, 2017). Em sua análise, as permanências coloniais manifestam-se por meio de quatro dimensões principais: a valorização do imaginário branco; a desvalorização das línguas nativas em favor de línguas ocidentais; o preconceito contra religiosidades de matriz africana; e a construção da ideia de uma nação crioula e mestiça como fundamento da identidade nacional.

Embora a mestiçagem seja amplamente valorizada na sociedade cabo-verdiana, Rocha (2017; 2022) argumenta que essa narrativa reproduz hierarquias raciais herdadas da colonização, naturalizando a superioridade associada à branquitude. Suas pesquisas etnográficas evidenciam que tais matrizes coloniais permanecem influenciando as formas de autoidentificação e as relações sociais no período pós-colonial.

A apresentação desses estudos fortaleceu o entendimento da equipe da Themis acerca da necessidade de incluir a dimensão racial no curso de formação. Para a organização

brasileira, deixar de abordar a temática significaria manter invisibilizadas desigualdades já identificadas pelas pesquisas acadêmicas e reproduzidas nas práticas sociais.

A definição sobre a forma de inclusão do tema, entretanto, foi marcada por divergências entre as equipes. Enquanto a Themis defendia que a discussão sobre raça e racismo atravessasse toda a formação, a ACLCVBG sustentava que o tema não ocupava posição central na experiência cotidiana das mulheres cabo-verdianas. A associação também relativizou a comparação entre as categorias *mandjaku* e *badiu* e o racismo estrutural brasileiro, ressaltando que tais distinções não implicariam, necessariamente, desigualdades de acesso aos serviços públicos.

Por sua vez, a equipe brasileira questionou se a ausência dessa percepção não decorreria justamente da naturalização histórica do racismo, estabelecendo um paralelo com a experiência brasileira, na qual a discriminação frequentemente se manifesta de forma velada, aproximando-se do que Gonzalez (2020) denomina racismo por denegação. Ainda que tais questionamentos não tenham produzido consenso, contribuíram para ampliar o debate entre as equipes sobre as permanências coloniais presentes na sociedade cabo-verdiana.

Apesar das divergências, a ACLCVBG não se opôs à inclusão da temática, propondo que ela fosse abordada de forma específica nos módulos iniciais do curso. A proposta foi acolhida pela equipe da Themis e resultou na incorporação da dimensão étnico-racial nas sessões "Desigualdades sociais e acesso à justiça" e "Feminismo e africanidade: a luta pela igualdade". Além disso, o tema da imigração foi inserido no módulo "Proteção a grupos específicos", contemplando os mecanismos jurídicos de proteção às pessoas estrangeiras.

Os relatos produzidos durante as atividades formativas evidenciaram que o racismo e outras formas de discriminação já faziam parte da experiência de muitas participantes, sobretudo das mulheres imigrantes. Em uma das oficinas, uma participante oriunda da Guiné-Bissau afirmou que "no mercado tem preço pra *Badiu* e preço pra *Mandjaco*. Para imigrante é sempre mais caro" (Diário de campo, 27 maio 2023). Ao problematizar essas experiências, a facilitadora questionou as participantes sobre a inexistência do racismo em Cabo Verde, recebendo como resposta a afirmação de que essa percepção constituía uma "mentira" (Diário de campo, 27 maio 2023).

Esses relatos dialogam com dados oficiais. O I Relatório sobre População Estrangeira e Imigrante em Cabo Verde (INE, 2023) demonstra que a população estrangeira residente é composta majoritariamente por pessoas oriundas de países africanos, especialmente da

Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria e Guiné-Conacri, concentrando-se principalmente na ilha de Santiago. Já Furtado (2016), ao analisar a realidade dos imigrantes na ilha da Boa Vista, identificou situações de precarização do trabalho e dificuldades de acesso à moradia, associadas, em diversos casos, à discriminação baseada na cor da pele e na identificação dos migrantes cabo-verdianos da ilha de Santiago como *badius*.

Na mesma direção, o estudo "Não deixar ninguém para trás", realizado pelos Ministérios da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e das Finanças com apoio das Nações Unidas (ONU, 2021), demonstrou que a discriminação contra pessoas imigrantes ocorre predominantemente em razão da raça, da cor e da origem nacional. Segundo o levantamento, um em cada três imigrantes declarou já ter sofrido discriminação, sendo as motivações raciais e xenófobas significativamente superiores às relacionadas ao gênero. Os dados publicados posteriormente pelo INE (2023) reforçam esse diagnóstico, indicando que as principais formas de discriminação percebidas e vivenciadas pela população estrangeira estão relacionadas à cor da pele, à nacionalidade e à língua ou dialeto.

Durante as atividades do curso, as participantes também refletiram sobre a permanência das heranças coloniais na construção das relações sociais. Uma delas destacou que os fenótipos associados à branquitude continuam sendo socialmente valorizados, produzindo hierarquias e reproduzindo o racismo nas estruturas sociais. Essas reflexões foram articuladas pela facilitadora com a necessidade de conhecer criticamente a história de Cabo Verde como condição para compreender as desigualdades contemporâneas, enfatizando que a constituição da sociedade cabo-verdiana está profundamente vinculada aos processos migratórios e coloniais.

Essa perspectiva encontra respaldo nas análises de Furtado (2013), para quem a predominância de uma visão eurocêntrica da história contribuiu para o enfraquecimento da memória étnica e para a limitada incorporação da história de Cabo Verde e das culturas africanas nos sistemas de ensino. Em diálogo com bell hooks (2020), pode-se compreender que a invisibilização dessas narrativas dificulta o reconhecimento das origens históricas das desigualdades, restringindo a circulação de conhecimentos capazes de fomentar uma consciência crítica sobre o racismo e seus efeitos.

As próprias participantes reconheceram essa lacuna ao afirmarem que a história de Cabo Verde permanece pouco conhecida nas escolas, sendo substituída por narrativas marcadas pela lógica colonial. Nesse contexto, a presença de mulheres imigrantes revelou-se particularmente significativa, pois muitas demonstraram maior familiaridade com a

história da África, da colonização e das lutas das mulheres africanas, ampliando os debates desenvolvidos durante a formação.

As discussões promovidas no curso extrapolaram a dimensão individual das experiências de discriminação e passaram a problematizar a própria organização dos movimentos feministas em Cabo Verde. Ao instigar as participantes a refletirem sobre a existência de movimentos feministas e antirracistas no país, a facilitadora enfatizou que a construção de respostas locais dependeria da capacidade de reconhecer criticamente as especificidades da realidade cabo-verdiana, para além da mera reprodução de conceitos e políticas formulados em outros contextos.

Essa reflexão aproxima-se das análises de Molar Ogundipe-Leslie (2002), que identifica a permanência do racismo e da lógica do interesse próprio em determinados movimentos feministas internacionais, reproduzindo relações de exclusão e hierarquização das mulheres do Sul Global. Nesse sentido, a incorporação da categoria raça ao curso de formação não significou apenas a introdução de um novo conteúdo, mas a abertura de um espaço de elaboração crítica sobre as formas pelas quais colonialidade, gênero e desigualdades étnico-raciais se articulam na realidade cabo-verdiana.

Assim, embora inicialmente tratada com cautela pela ACLCVBG, a discussão sobre raça e racismo mostrou-se pertinente diante das experiências relatadas pelas próprias participantes e dos estudos acadêmicos recentes sobre o tema. A interlocução entre a equipe brasileira e a cabo-verdiana possibilitou ampliar a compreensão acerca dessas dinâmicas e contribuiu para que a formação incorporasse, ainda que de forma contextualizada, a dimensão étnico-racial.

Este olhar atento à categoria raça, proposto a partir da ideia de um antirracismo pelo compartilhamento das experiências do Sul Global amefricano (Gonzalez, 2020), se estabeleceu como uma possibilidade de um feminismo que inclua esta dimensão desde uma perspectiva local.

Considerações Finais

A etnografia realizada no âmbito do projeto *Fla SIM pa Mudjer* evidenciou que a adaptação da metodologia das Promotoras Legais Populares ao contexto cabo-verdiano constituiu-se como um processo de negociação entre diferentes experiências feministas do Sul Global. Mais do que transferir uma metodologia consolidada no Brasil, a parceria entre a Themis Gênero, Justiça e Direitos Humanos e a Associação Cabo-Verdiana de Luta contra a Violência Baseada no Gênero revelou a necessidade de problematizar

categorias analíticas frequentemente tomadas como universais, construindo seus significados a partir das especificidades históricas, sociais e culturais de Cabo Verde.

Nesse processo, as facilitadoras do curso das Mulheres Multiplicadoras da Cidadania mobilizaram perspectivas antirracistas, antissexistas e anticoloniais, recuperando categorias, significados e diferentes leituras sobre as interseccionalidades. As discussões realizadas durante a formação interna das equipes demonstraram que compreender as experiências das mulheres cabo-verdianas exige ir além de categorias homogêneas e universalizantes, incorporando marcadores produzidos pelas dinâmicas locais.

As análises de Carmelita Silva (2018) acerca da relativização da categoria patriarcado contribuíram para demonstrar que as relações de gênero no país são atravessadas por configurações históricas e sociais que desafiam leituras baseadas exclusivamente em modelos ocidentais. Nesse sentido, as discussões realizadas durante o curso reforçaram a necessidade de compreender o patriarcado como uma categoria relacional e contextual, em consonância com as críticas formuladas por Oyěwùmí (2002; 2020) à universalização de referenciais feministas produzidos a partir de experiências ocidentais.

Do mesmo modo, a incorporação das discussões sobre raça e etnia resultou de um processo de construção coletiva entre as equipes. As pesquisas de Rocha (2017; 2022) e Anjos (2003; 2022), ao evidenciarem processos de racialização e manifestações de antinegitude nas relações entre *badius*, *sampadjudus* e pessoas imigrantes africanas, subsidiaram importantes debates durante a formação e permitiram compreender que as desigualdades étnico-raciais assumem configurações distintas daquelas observadas no contexto brasileiro. Longe de representar a mera transposição da agenda antirracista desenvolvida pela Themis, a inclusão dessa temática ocorreu a partir do diálogo com a produção acadêmica cabo-verdiana e das experiências relatadas pelas próprias participantes, reafirmando a importância da construção situada de agendas feministas.

Os resultados da pesquisa também evidenciam que a interseccionalidade, embora importante para analisar desigualdades, requer problematização em diferentes contextos. Como alertam Curiel (2015), Oyěwùmí (2002; 2020) e Mohanty (2003), o uso acrítico de categorias como gênero, raça, classe e patriarcado pode reproduzir a colonialidade do conhecimento e invisibilizar experiências locais. A experiência do *Fla SIM pa Mudjer* demonstrou, ao contrário, que tais categorias adquirem novos sentidos quando construídas em diálogo com os sujeitos envolvidos e com os conhecimentos produzidos no próprio contexto de aplicação.

Assim, a principal contribuição desta pesquisa consiste em demonstrar que a cooperação feminista entre organizações do Sul Global não se baseia na circulação unilateral de metodologias ou conceitos, mas na construção compartilhada de conhecimentos e no reconhecimento de diferentes epistemologias. Mais do que adaptar um curso de formação, a experiência analisada permitiu evidenciar que a produção de agendas feministas transnacionais comprometidas com a justiça social depende da capacidade de reconhecer a pluralidade das experiências das mulheres e de construir respostas politicamente situadas às desigualdades de gênero, raça, colonialidade e demais marcadores que estruturam as relações sociais em cada realidade.

Referências

- ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n. 3, p. 579-596, 2003.
- ACLCVBG. Plano estratégico 2024-2028: relatório final. Praia, 2023.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.10, n.1, jan., 2002. p. 171-188.
- CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: AZKUE, Irantzu Mendia; SERRANO, Marta Luxán; IZA, Matxalen Legarreta; ORELLANA, Gloria Guzmán; LANDALUZE, Iker Zirion; CARBALLO, Jokin Azpiazu. (orgs.), *Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista*. Donostia, País Vasco: Universidad del País Vasco/HEGOA, 2015, pp. 45-60.
- COLLINS, Patricia Hill. *Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DAVES, Angela. *Mulheres, raça e classe*. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEIX, Virgínia. Em frente da lei tem um guarda. In: SOUZA JÚNIOR, José Geraldo de et al. (org.). *Educando para Direitos Humanos: pautas pedagógicas para a cidadania na Universidade*. Porto Alegre: Síntese, 2003. p. 83-92.
- FORTES, Celeste. “M t’studa p’m k ter vida k nha mãe tem”. *Gênero e educação em Cabo Verde. Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, n. 1, São Leopoldo: Unisinos, p. 80 89, 2013.
- FURTADO, Cláudio Alves. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: As marcas do silêncio. *Afro-Ásia*, p.43-17, 2012.
- FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde: dilemas étnico-identitários num território fluido. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 49, n. 1, p. 2-11, jan./abr. 2013.

FURTADO, Cláudio Alves. Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 855-887, set./dez. 2016.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v. 5, p. 07-41, 1995.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. 4 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Mulheres e Homens em Cabo Verde, Factos e Números 2017*, Praia, 2017. Disponível em: https://bdmi.ine.cv/site_deploy_api/api/GenericFile/Download/4817. Acesso em: 28 jun. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Iº Relatório sobre População Estrangeira e Imigrante*, Praia, 2023. Disponível em: https://bdmi.ine.cv/site_deploy_api/api/GenericFile/Download/2519. Acesso em: 28 jun. 2026.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham: Duke University, 2003.

OGUNDIPE-LESLIE, M. Stiwanismo en un contexto africano. *Arenal Revista De Historia De Las Mujeres*, v. 9, n.1, p. 59–92, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Avaliação não deixar ninguém para análise completa*, 2021. Disponível em: <https://cabo Verde.un.org/pt/151139-avalia%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-deixar-ningu%C3%A9m-para-tr%C3%AAs> acesso em: 02 nov. 2024.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies. *Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies*, v. 2, n.1, p. 1-9, 2002.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. O fardo da mulher branca: mulheres africanas no discurso feminista ocidental. *Problemata Revista Internacional de Filosofia*. v. 11. n. 2, p. 145-167, 2020.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias e articulação de experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez, 2008.

ROCHA, Eufémia Vicente. O imigrante oeste-africano como o indesejável? acerca do processo de racialização em Cabo Verde. *Mediações Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 22, n. 1, p. 105-129, 2017.

ROCHA, Eufémia Vicente; ANJOS, José Carlos Gomes dos. Traços de antinegitude em Cabo Verde. *Sociologias*, v. 24, n. 59, p. 108–136, 2022.

SILVA, Carmelita de Fonseca. A rede sol e a lei especial contra violência baseada no gênero: processos institucionais e narrativas de mulheres e homens em situação de violências conjugais em Cabo Verde. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

THEMIS. Themis é a vencedora do Prêmio Womanity. [S.l.: s. n.], 10 dez. 2021. Disponível <https://themis.org.br/themis-e-vencedora-do-premio-womanity/>. Acesso em: 28 jun. 2026.

VARGAS, João H. Costa. Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. Em *Pauta*, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 16 – 26, 2020.

VIEIRA, Miriam Steffen. Processos de significação em contraste: violência contra as mulheres no Brasil e em Cabo Verde. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 49, p. 90-96, 2013.

VIEIRA, Miriam Steffen. Trânsitos do Sul: notas sobre os estudos de gênero em Cabo Verde e a cooperação acadêmica com universidades brasileiras. *AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos*, v. 6, n. 6, . p. 173-196, out. 2021.

VIEIRA, Miriam Steffen. Projeto Internacionalização acadêmica e impactos na sociedade: políticas de cuidado e gênero (CNPq), 2022.